

Os periódicos como fontes de pesquisa

Uma experiência com a revista *A Defesa Nacional*

Rafael Roesler*

Considerações iniciais

Em sua obra *Imprensa e História do Brasil*, a historiadora Maria Helena Capelato aponta a imprensa como uma fonte fértil para o conhecimento do passado, já que ela “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1994, p. 13).

As afirmações feitas pela autora remetem a um contexto de renovação historiográfica, provocado, sobretudo, pelo surgimento da História Nova. A partir da década de 1970, a terceira geração dos *Annales* propôs à História, fazendo amplo uso da interdisciplinaridade, “novos objetos, problemas e abordagens”. Os aportes analíticos provenientes das outras ciências sociais, como a Linguística, a Antropologia e a Sociologia, além de ampliarem a noção de documento na historiografia, apresentaram contribuições importantes quanto aos aspectos metodológicos de investigação. Os novos ares trazidos pela *École des Annales* ampliaram, assim, as possibilidades das pesquisas e dos estudos históricos.

A nova corrente historiográfica inaugurada por Le Goff, Duby, Ladurie, entre outros historiadores, alterou o campo de atuação do pesquisador histórico e o conduziu a novos rumos.

A utilização dos impressos resultou da expansão do entendimento do que se poderia constituir em uma fonte histórica. O historiador deixou de ser submisso ao documento, e o discurso histórico passou a ser fruto de sua interferência e de suas escolhas. Tais mudanças se constituiriam naquilo que Le Goff (2010, p. 531) apontou como uma “revolução documental”.

Conhecer e historicizar as fontes passou a ser atitude essencial do ofício de historiador. Dentro dessa ampliação das possibilidades de investigação, o texto histórico deixou de ser tratado apenas em seus conteúdos ou enunciados para ser analisado a partir de métodos linguísticos de análise do discurso, da enunciação e com o apoio de alguma teoria das classes e das ideologias sociais. A partir daí, segundo Cardoso (1986, p. 54), “procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pode ocorrer”.

As mudanças apresentadas pela História Nova, para além da renovação temática, abriram novas possibilidades no campo histórico, como: a profunda renovação do marxismo, através, principalmente, dos trabalhos de E.P. Thompson; a consolidação da História Cultural, com o estudo das práticas e representações sociais; o surgimento da Micro-História e da Virada

* Cel Eng (AMAN/93, EsAO/01), licenciado em História pela UNIRIO, doutorando e mestre em História, Política e Bens Culturais (CPDOC-FGV). Atualmente, é chefe da Seção de Pesquisa Acadêmica e Doutrina da AMAN.

Linguística; e, sobretudo, com o retorno da História Política, relegada ao ostracismo durante grande parte do século XX.¹ Esse alargamento do campo histórico suscitou, ainda, o ressurgimento de campos antes esquecidos, como o da História Militar, que se tem se firmado nos últimos trinta anos, segundo Soares e Vainfas (2012, p. 113-132), como campo específico, passando a denominar-se Nova História Militar.

A imprensa escrita, que, sob o paradigma tradicional, teve seu uso questionado na pesquisa histórica, por sua falta de objetividade, ou por entender-se, como aponta Luca (2010, 111), serem os periódicos meras caixas de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos, com a renovação dos campos político e cultural, ganhou o *status* de fonte documental, validada no campo de análise do historiador. Através do discurso dos impressos, bem como da sua linguagem, passou-se a ser capaz de elucidar o nível básico das relações sociais, como apontam Capelato e Prado (1980, p. 19):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

A possibilidade de analisar as formas de representação de um determinado contexto levou historiadores, de diversas matrizes teóricas, a trabalharem com esse tipo de documento e a reconhecerem na imprensa escrita novas possibilidades de análise e ressignificação do passado.

A partir dos anos 1970, a imprensa passou a figurar como importante fonte primária. A imprensa operária, os jornais de associações recreativas, as revistas ilustradas ou de variedades, os impressos publicitários, os impressos literários, as revistas infantis e femininas e a imprensa política são alguns dos exemplos apresentados por Luca (2010, p. 119-130) como objetos amplamente abordados pela pesquisa histórica nas últimas quatro décadas, no Brasil. A partir daí, houve no país uma consolidação dos trabalhos que utilizam jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história do Brasil, identificando-se, inclusive, um aumento da utilização de periódicos como objetos de pesquisas acadêmicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações de artigos e livros.

Cabe considerar, porém, que grande parte desses estudos buscou como objeto a imprensa escrita dos grandes centros do país, relegando, inicialmente, a segundo plano, a análise dos pequenos periódicos ou da pequena imprensa regional brasileira. Capelato (1994, p.24) lembra que os pequenos periódicos, por expressarem reivindicações peculiares de determinados grupos sociopolíticos, são muito importantes para a pesquisa histórica. Ao proliferarem, a partir da segunda metade do século XIX, exprimiram, através dos seus textos e dos seus títulos, as representações dos grupos dos quais eram porta-vozes e os seus propósitos de luta.

A revista *A Defesa Nacional* é um exemplo desses periódicos. Inicialmente publicada por um pequeno grupo de jovens militares do Exército Brasileiro, intitulado Jovens Turcos, se tornou plataforma de lançamento de suas ideias reformistas e das representações que o grupo tinha de Exército e de Nação nas primeiras décadas do século XX.

A experiência com a revista *A Defesa Nacional*

As discussões das primeiras décadas do século XX, no campo militar, estiveram fortemente ligadas à relação existente entre os militares e a Nação brasileira e à necessidade de se organizar e modernizar o Exército.

Foi em meio a uma conjuntura de tensões causada pela Primeira Guerra Mundial, em que intelectuais brasileiros, como o poeta Olavo Bilac e o político e escritor Alberto Torres, discutiam as questões nacionais, que um grupo de jovens oficiais do Exército pensou a Nação e a sua defesa. A questão central de seu pensamento envolvia o papel desempenhado pela instituição militar na formação e na construção da Nação brasileira, o que se tornou a sua marca registrada. Também atentavam para a necessidade de se organizar e modernizar o Exército Brasileiro, com a finalidade de se atender às demandas da defesa nacional e da própria instituição, partícipe da construção da Nação.

Logo, a voz do grupo se tornaria dissonante, em meio a um Brasil em que o poder político ainda se encontrava nas mãos da velha oligarquia agrária do país, com forte influência sobre os destinos do Exército nacional. A ele atribuiu-se a alcunha de Jovens Turcos,² e as suas ideias eram difundidas através da revista *A Defesa Nacional*.

O surgimento do grupo está associado às transformações operadas no Exército pelo general Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do presidente Afonso Pena, a partir do ano de 1906, quando três turmas de jovens oficiais foram enviadas à Alemanha, para realizar estágios de dois anos no Exército alemão. O objetivo desses estágios era proporcionar o aperfeiçoamento individual nas modernas técnicas e táticas de

guerra europeias, naquele que era considerado o melhor exército de sua época. Dos três grupos que estagiaram no exército germânico, o último, enviado em 1910, tornou-se o mais importante, pelo número de oficiais que o compôs (vinte e um tenentes e capitães) e pela influência que exerceu no seio da instituição após o seu retorno.

Antes de retornar ao Brasil, um grupo desses oficiais, capitaneados pelos tenentes Estevão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger, se reuniu para cear e fazer algumas conjecturas sobre quais seriam os procedimentos adequados a ser adotados pelo Exército, para que fossem aproveitados os conhecimentos adquiridos na Alemanha. Entre várias ideias examinadas, foi sugerida, por Leitão de Carvalho, a criação de uma revista militar, que serviria de veículo de difusão dos conhecimentos adquiridos. A criação desse periódico fazia parte de uma estratégia que tinha como pano de fundo tornar os ensinamentos colhidos no exterior acessíveis ao maior número de militares através da propaganda, para que não caíssem no esquecimento e servissem de força propulsora para um movimento de grande transformação do Exército (CAPELLA, 1985, p. 49).

Com o retorno ao Brasil, a criação da revista foi viabilizada. A Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger juntaram-se mais alguns oficiais, que formaram o grupo fundador da revista. A ata de fundação foi redigida e assinada em 20 de setembro de 1913, nas dependências do Clube Militar, no Rio de Janeiro, e registrou o interesse dos oficiais ali reunidos em editar uma revista “que refletisse as ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho”.³ Essa ata também designou como diretores da revista os primeiros-te-

entes Bertholdo Klinger (redator-chefe), Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis Neto. O segundo-tenente Francisco de Paula Cidade era o secretário. Completavam o grupo de fundadores os capitães Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues e Francisco Jorge Pinheiro e os primeiros-tenentes Mário Clementino de Carvalho, Brasília Taborda, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque, Euclides de Oliveira Figueiredo e Amaro de Azambuja.⁴ Esse grupo também era o “grupo mantenedor”⁵ da revista, acrescido do segundo-tenente José dos Mares Maciel da Costa (A DEFESA NACIONAL, out. 1929, p. 14).

A revista foi batizada por Mário Clementino de *A Defesa Nacional*. Por sugestão de Bertholdo Klinger, o formato adotado foi o da revista alemã *Militär-Wochenblatt*:⁶ tamanho 18x26cm, sem capa e, diferindo desta, sem anúncios comerciais, já que a revista deveria ser aceita não pela aparência ou acabamento, mas pelo conteúdo de suas páginas. Já no segundo número, o grupo mantenedor decidiu editá-la com capa, por entender que desta forma ficaria melhor para a estética da revista (KLINGER, 1944, P. 156).

A proposta da revista era abordar assuntos eminentemente profissionais. De acordo com McCann (2009, p.214-220), os editoriais de *A Defesa Nacional* apresentavam um conteúdo mais ideológico e doutrinário em favor da profissionalização do Exército, do afastamento da política, da reforma do ensino militar e da lei do serviço militar, sendo que o seu interior privilegiava os artigos técnicos, através dos quais os redatores traduziam manuais e regulamentos alemães bem como difundiam seu sistema de treinamento, práticas e costumes. No período que vai da fundação da revista ao final dos

anos 1910, as questões que mais preocuparam os redatores e colaboradores da revista também estiveram ligadas à organização do Exército, ao orçamento para os gastos militares e às questões nacionais.

Apesar de autores como McCann (2009), Coelho (2000) e Carvalho (1978) definirem os redatores da revista como apolíticos e voltados exclusivamente às questões profissionais da instituição, e ainda que os fundadores de *A Defesa Nacional* desejassem editar um veículo estritamente profissional, é inegável que eles demonstraram grande desenvoltura ao analisar os aspectos políticos das questões que pretendiam que fossem apenas militares. No editorial da primeira edição da revista, Mário Clementino coloca que a missão do Exército “vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais **para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política...**” (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p.1).

Capella (1985, p. 84) apresenta como inadequada a interpretação generalista de que a atuação dos Jovens Turcos teria sido apolítica, em que são deixadas de lado as especificidades dos integrantes do grupo. Segundo a historiadora, o discurso dos Turcos era favorável ao afastamento da política partidária, chamada na revista de “politicagem”, porque isso levaria à quebra da hierarquia e da disciplina dentro da corporação e ao afastamento dos oficiais de suas verdadeiras funções nos corpos de tropa. Entretanto, admitiam que os militares intervissem na política individualmente, pois esse era um direito constitucional.

O grupo tinha, também, uma grande preocupação em encaminhar o Exército, como instituição, para a grande política e para o envolvimento nas grandes questões nacionais, tor-

nando-se uma instituição formadora de opinião junto à sociedade. Segundo o tenente Gerpe:

...a ação do Exército na política deve ser somente aquela que sempre exerceu quando, irmanados os seus sentimentos e os da nação no mesmo esforço supremo para fazer vingar os mais alevantados ideais, tomou parte saliente nas grandes transformações por que tem passado a Pátria brasileira. (A DEFESA NACIONAL, set. 1914, p. 343)

O direito que os Jovens Turcos se atribuíam de tomar parte “nas grandes transformações” vivenciadas pelo país abre, de forma clara, o precedente para a intervenção na vida política da Nação. Para Schwengber (2006, p. 88), essa aproximação com a grande política se deve ao fato de os Jovens Turcos entenderem o Exército como o formador da Nação, como escola de patriotismo, como volante da Nação. Na política maior, verdadeira, o Exército, única instituição verdadeiramente nacional no período, poderia ser o ator e não um instrumento.

Já na década de 1920, as questões que mais figuram nas páginas de *A Defesa Nacional* foram o problema das promoções e o serviço militar obrigatório. O descontentamento apresentado pelos redatores e pelos demais colaboradores, nas páginas da revista, com a Lei de Promoções de 1891, que desfavorecia amplamente os oficiais que serviam em guarnições afastadas da Capital Federal, é gritante. Situações de indisciplina e de quebra de hierarquia, muito antes dos levantes de 1922, foram relatadas com certa frequência, na coluna intitulada “Da Província”. Ainda que essas situações de indisciplina tenham sido descritas nas páginas da revista, os redatores alertavam a seus leitores que “sempre repugnaram aos desta revista,

os recursos insidiosos e os moldes revolucionários” (A DEFESA NACIONAL, jun. 1919).

Durante muitos anos, a revista teve instalação gratuita no primeiro andar da Papelaria Macedo, situada à Rua da Quitanda, na cidade do Rio de Janeiro. Em um espaço cedido pelo proprietário, em meio a pilhas de mercadorias, eram preparados e impressos os originais e empacotadas e seladas as revistas que os próprios mantenedores levavam ao Correio (A DEFESA NACIONAL, out. 1948, p. 9). A tiragem inicial da revista girou em torno de 1.000 exemplares ao mês, tendo chegado a 1.700 exemplares no aniversário de cinco anos da revista, atingindo cerca de 40% dos oficiais do Exército, em sua maioria jovens tenentes. A revista também tinha ampla aceitação pelo meio civil, o qual era responsável por quantidade significativa de assinaturas. No entanto, no expediente da edição de julho de 1918, os editores reclamaram da baixa adesão dos oficiais combatentes do Exército, ressaltando que mais da metade desses oficiais não eram assinantes. Muitos exemplares eram, também, distribuídos gratuitamente a instituições civis educacionais e intelectuais ilustres da época. Acreditavam os redatores ser necessário apresentar os problemas do Exército e da Nação à sociedade.⁷

A estrutura da revista permaneceu basicamente a mesma desde a sua fundação, em 1913, até o final dos anos 1920. Continha 32 páginas, seu tamanho era de 18x26cm e na capa trazia a constituição do grupo mantenedor e um sumário dividido em Parte Editorial, Parte Jornalística e Noticiário. Além disso, trazia em grandes letras o título: A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares. As contracapas costumavam vir em branco na década de 1910. A partir dos anos 1920, as

edições passaram a apresentar informações sobre os representantes da revista no país.⁸ Até 1921, a periodicidade da revista foi mensal. A partir desse ano, as edições passaram a ser bimestrais e, por vezes, trimestrais, sem que isso se tornasse um padrão.

A Parte Editorial constituía-se no *locus* privilegiado pelos redatores da revista, onde expunham as suas ideias e realizavam suas críticas mais fortes a favor da profissionalização do Exército, do ensino militar, da Lei do Serviço Militar, do não envolvimento dos militares na política e da necessidade de reorganização da instituição. Não raras eram, também, as críticas feitas à falta de atuação dos políticos que compunham o Parlamento, para resolver as graves questões que conduziam o país ao atraso, e à pouca preocupação com os assuntos de defesa.

O estatuto do grupo mantenedor previa que os editoriais e artigos a cargo dos redatores não deveriam ser assinados. Como muitas críticas que foram feitas nos editoriais, e em alguns artigos que compuseram a revista, resultaram em sanções disciplinares aos redatores, é de se supor que a falta de autoria nesses escritos era uma maneira de evitar que uma grande carga de punições fosse imposta a um só oficial ou grupo de oficiais. Existia uma frequente variação da composição do grupo redator. O general Brasília Taborda conta que, em várias ocasiões, os companheiros do grupo mantenedor assumiram as autorias dos editoriais, para evitar que colegas que já haviam sido punidos várias vezes o fossem novamente (A DEFESA NACIONAL, out. 1953, p. 13-15).⁹

O editorial do primeiro número de *A Defesa Nacional* deixava claro o tom de crítica

pelo qual seria pautada a revista:

Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito. Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer. Não nos move de forma alguma a preocupação tendenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores. (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p.3)

Esporadicamente, a Parte Editorial apresentava uma coluna intitulada “Da Província”. Essa coluna era destinada à publicação de relatos de oficiais que serviam no interior do Brasil sobre a situação das guarnições militares. A menção à “província” era proposital, em oposição aos oficiais que serviam na capital. Os informes relatados na coluna davam conta das mazelas e da falta de estrutura que assolavam os quartéis mais distantes da capital do país, e que se encontravam à própria sorte. Também relatavam casos particulares, como abusos de comandantes, ou até mesmo a falta da ação de comando, ou o longo tempo que passavam os oficiais que serviam no interior no mesmo posto, sem serem promovidos. De-

pendendo do conteúdo publicado, a identidade do autor era preservada. Em muitos casos, não eram economizadas palavras para descrever a situação nos corpos de tropa do interior do país. Nascimento (2010, p. 99) aponta que a coluna perdeu força como coluna combativa a partir de 1925 e indica duas possíveis causas para o seu desaparecimento paulatino: por vezes, a imprensa utilizava os dados ali publicados para fazer sensacionalismos em relação ao Exército, e a constante publicação de dados negativos deixava visíveis as situações de indisciplina e desorganização da instituição, o que poderia estimular os desejos combativos de alguns oficiais.

A Parte Jornalística era basicamente composta por artigos técnicos. Trazia traduções de manuais e regulamentos alemães, artigos contendo recomendações a respeito do emprego de armamento e organização e emprego da tropa, e o que existia de mais moderno no mundo sobre técnica e tática militar, principalmente, o que vinha da Europa. Todos esses artigos eram assinados, e percebe-se a grande afluência de artigos de colaboradores, em sua maioria militares, alguns até oficiais de altas patentes. A colaboração por meio da escrita de artigos por oficiais de postos mais elevados contribuiu para a credibilidade alcançada pela revista dentro do Exército. Segundo o marechal Leitão de Carvalho, o interesse em conquistar a alta oficialidade sempre esteve presente, desde os primeiros números da revista (CARVALHO, 1961, p. 177). O próprio chefe do Estado-Maior, em 1913, general Caetano de Faria, escreveu um artigo intitulado *Atualidade Militar* no segundo número da revista, o que se repetiria ao longo do primeiro ano de circulação.

Na parte intitulada Notícias, eram publicados avisos e notícias de interesse geral dos militares do Exército. Logo a seguir, vinha o Ex-

pediente da revista, com avisos destinados aos assinantes e preços de assinaturas e coleções de manuais militares.

A interlocução dos redatores da revista com a imprensa da Capital Federal também se deu de forma frequente. A intromissão da imprensa nos assuntos militares foi constantemente lembrada nos editoriais da década de 1920, como em fevereiro de 1921, quando jornais tentaram explorar o caso de um soldado que havia sido preso por conta de perseguições movidas pelo seu oficial, e em março de 1921, quando os redatores de *A Defesa Nacional* acusaram a imprensa de fazer campanha contra o serviço militar obrigatório.

A imprensa da capital, por outro lado, mostrava-se atenta àquilo que era escrito nas páginas da revista. Os redatores registraram, em julho de 1926, que os jornais *A Pátria*, *A Noite* e *O Jornal* publicaram trechos da revista e notas abonadoras sobre o trabalho desenvolvido pelos oficiais. Em agosto do mesmo ano, os redatores esclareceram que exemplares gratuitos estavam sendo enviados a Assis Chateaubriand, Pandiá Calógeras, Everardo Backheuser, Miguel Calmon, Oliveira Vianna e Barbosa Lima Sobrinho. Esperava-se, com essa ideia, exteriorizar ainda mais o pensamento militar, já que era imprescindível que a Nação conhecesse o Exército que possuía e que deveria fazer.

Considerações finais

Lessa (1988) descreve muito bem os primeiros anos republicanos a partir da metáfora da entropia. As turbulências causadas pelas divergências dentro do Exército, dividido entre “deodoristas” e “florianistas”, criaram reflexos de instabilidade nos campos político e militar. Apesar dos esforços voltados à implementação de reformas, a instituição do início da Repú-

blica não se mostrava coesa e verdadeiramente profissional. Com o retorno dos civis ao poder político, com Prudente de Moraes, inaugura-se um longo período de abandono do Exército e de distanciamento entre oficiais superiores e subalternos, o que fez crescer, nos anos posteriores, o número de insurreições e agitações militares lideradas pelos oficiais de baixas patentes.

Foi em meio à consolidação das velhas oligarquias no campo político e às instabilidades vivenciadas pelo campo militar que a revista *A Defesa Nacional* foi fundada, com a grande finalidade de dar voz a um grupo de jovens oficiais do Exército, determinados a mudar o velho *habitus* da instituição e lutar pela prevalência de suas ideias modernizantes e profissionalizantes, destinadas, primordialmente, à modificação das estruturas militares da época, mas que acabaram incidindo, mesmo que essa não fosse sua pretensão inicial, nas estruturas sociais e políticas vigentes.

O tom das críticas tecidas pelo grupo de redatores, nos editoriais e artigos do periódico — que fizeram ressaltar aos olhos dos leitores o abandono sofrido pelo Exército, em prol dos privilégios adquiridos pela Guarda Nacional e

pelos polícias estaduais, decorrentes da política oligárquica implantada no Brasil, bem como as mazelas e o atraso industrial e econômico que grassavam o país —, só é possível de ser entendido se for levado em consideração o capital simbólico e cultural que esses agentes detinham. Os Jovens Turcos observavam a Nação e o Exército Brasileiro com os olhos de quem viu uma impactante experiência europeia, durante o estágio no Exército alemão. O parâmetro de referência do grupo para as conclusões a que chegaram, e que expressaram nas páginas da revista, é a nação e o Estado-nação tal como se generalizaram na Europa Ocidental, cuja inspiração maior era a Alemanha. Como aponta Capella (1985, p. 71),

ao confrontarem o modelo com a realidade brasileira, o que surge diante de seus olhos é uma total assimetria, um terrível simulacro onde se desejava uma cópia.

Donos de um nacionalismo exacerbado, não pouparam, em suas falas, superiores hierárquicos, políticos da época e, até mesmo, o governo do país, promovendo grandes embates, utilizando como instrumento de luta a revista. **REB**

Fontes

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, 1913-1921. Mensal.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, 1922-1929. Bimestral/Trimestral.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, out. 1948. Trimestral.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, out. 1953. Trimestral.

Referências

CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Alfa-Romeu, 1980.

_____. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social**: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório. 1985. 280p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. t. I, livros 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). v. 2. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KLINGER, Bertoldo. **Narrativas autobiográficas**. Como fui tenente. v. I, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

SCHWENGBER, Clóvis Antônio. **Os cavaleiros da ideia**: o projeto institucional dos Jovens Turcos e a profissionalização do Exército Brasileiro (1913-1918). 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras. 2006.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Com o movimento de renovação historiográfica provocado pela primeira geração dos Annales, entre 1920 e 1945, a História Política passou a ser negligenciada, sob a acusação de sua aproximação com a história tradicional e positivista e seu apego ao efêmero. O foco das novas pesquisas históricas deslocava-se, naquele momento, para a análise das estruturas sociais e das mentalidades. A Nova História Política, ressurgida na década de 1970, rompe com os modelos macropolíticos e biográficos de análise e passa a valorizar questões que envolvam o poder a partir de outros prismas, como os micropoderes, os sím-

bolos políticos e as propagandas ideológicas. Na década de 1990, René Remond viria a organizar uma coletânea de textos que se tornou um emblema para a renovação do campo político, intitulada *Por uma história política*.

- ² A alcunha *Jovens Turcos* era uma alusão pejorativa criada pelos seus opositores, que os comparavam com os jovens oficiais turcos que, a exemplo deles, também haviam estagiado na Alemanha e, ao retornarem à Turquia, participaram das lutas pela modernização e reconstrução daquele país ao lado de Mustafá Kemal, em 1923.
- ³ Ata de fundação de *A Defesa Nacional*, publicada na edição de outubro de 1933 em comemoração aos vinte anos de criação da revista.
- ⁴ É importante compreender que o grupo de oficiais que estagiou no Exército alemão, entre 1910 e 1912, não era o mesmo grupo de oficiais que fundou a revista *A Defesa Nacional*. Nem todos os oficiais que estagiaram na Alemanha foram fundadores da revista. E nem todos os colaboradores da revista haviam estagiado no Exército alemão. Paula Cidade, Brasília Taborda, Mário Clementino e Cavalcanti de Albuquerque não participaram do estágio na Alemanha, porém aderiram ao projeto de criação da revista no Brasil. Amaro de Azambuja estagiou no período de 1908 a 1910.
- ⁵ Tal denominação explica-se pelo compromisso assumido pelos membros do grupo de contribuírem do próprio bolso para sustentar a revista, caso a venda de assinaturas não cobrisse os gastos de impressão e expedição. Cabe ressaltar que a revista não contava com qualquer tipo de apoio institucional.
- ⁶ Em tradução livre: *Revista Semanal dos Militares*. *A Militär-Wochenblatt* foi fundada em 1816, em Berlim, pelo coronel prussiano Rülhe Von Lilienstern. Com uma tiragem semanal, a revista destinava-se à publicação de decretos oficiais, portarias e notícias do corpo de oficiais do exército prussiano. Com um grande círculo de leitores, o periódico estimulava os oficiais ao estudo da história militar. O foco dos redatores estava no desenvolvimento dos assuntos militares da época. Em 1824, a direção da revista passou às mãos do estado-maior do exército prussiano, tornando-se um órgão oficial deste.
- ⁷ Cf. dados colhidos nas edições de jun. 1915, p. 271; jul. 1918, p. 330; ago. 1918, p. 362. Na edição de julho de 1918, existe uma estatística da distribuição de assinaturas da revista: gratuitas (bibliotecas, jornais e congêneres), 52; civis, 37; oficiais de forças auxiliares, 79; sargentos, 63; aspirantes, 28; alunos-praças, 90; oficiais reformados, 18; médicos-intendentes, farmacêuticos e veterinários, 39; bibliotecas, 24; tiros de guerra, 14; oficiais da Marinha, 30; generais, 21. Entre os oficiais do Exército, distribuía-se da seguinte maneira: oficiais superiores, 136; capitães, 154 e tenentes, 510.
- ⁸ Foram representantes da revista na década de 1920, entre outros militares, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Emílio Médici e Orlando Geisel. Participaram do grupo mantenedor, na mesma década, Eurico Dutra, João Batista Magalhães, Humberto Castelo Branco, Mário Travassos, além dos fundadores Bertholdo Klinger, Leitão de Carvalho e Parga Rodrigues. Todos esses militares tiveram destaque, nas décadas seguintes, na história nacional. Também foi constante a participação de oficiais da Marinha como colaboradores da revista, até meados da década de 1920, quando deixam de contribuir sem motivo aparente.
- ⁹ Edição comemorativa de 40 anos da revista.